

NO PINTCHA



* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEF.: 3712/3726/3728

BISSAU

BAIRROS DE BISSAU - 9



SINTRA-NEMA: UNIFICAÇÃO DE UM BAIRRO DIVIDIDO PELA POLITICA COLONIALISTA

Sintra-Nema, um bairro dividido pelos colonialistas e que agora volta a ser unificado. Com um novo nome: Bairro 20 de Janeiro. Na realidade, Sintra-Nema não tinha motivo para ser dividido. É um bairro pequeno, 4 100 moradores, com características uniformes, semelhante a todos os outros de Bissau, formado desorganizadamente durante a dominação colonial. Os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, que só podem ser resolvidos com a participação popular e espírito revolucionário.

(Centrais)

EM ESTUDO O PLANO NACIONAL DE SAUDE

Os técnicos da Saúde, da Organização Mundial de Saúde — cujo director regional para África era aguardado hoje, sábado, em Bissau — e de outros comissariados, que realizam os estudos para o Plano Nacional de Saúde, dividiram-se em comissões: uma, ficará em Bissau, integrada por seis subcomissões, e outra irá para o interior do país. Esta contactará com as populações de Cacheu e Tombali, tendo em vista a concretização do Plano, de acordo com as realidades guineenses.

A propósito dos trabalhos que decorrem na capital, sobre planificação da Saúde, uma rectificação: por lapso, noticiámos na nossa última edição que «um dos pontos principais do programa refere-se à

planificação familiar e uso de anticoncepcionais», atribuindo esta declaração ao camarada Comissário da Saúde. Na verdade, nem este responsável do Estado fez tal afirmação, nem o projecto de Plano Nacional

de Saúde se refere à necessidade de planificação familiar e uso de anticoncepcionais na Guiné-Bissau. Em próxima edição, abordaremos em pormenorizado artigo as linhas gerais do plano nacional de Saúde.

(Pag. 2)

PRESIDENTE LUIZ CABRAL ACOLHIDO EM HAVANA POR FIDEL CASTRO

HAVANA (TASS) — A convite do Partido Comunista e do Governo Revolucionário cubano, Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, chegou a Havana, em visita oficial.

No aeroporto «Jose Martí», o Presidente e comitiva foram acolhidos por Fidel Castro, Primeiro Secretário do Comité Central do P.C. cubano e Primeiro-Ministro do Governo Revolucionário, Raul Castro, Segundo Secretário do C.C. do P.C. e Ministro das Forças

Armadas Revolucionárias, Osvaldo Dorticos, Presidente da República, e por outros dirigentes do Partido e Governo de Cuba.

EM «LOS NARANFOS»

O Presidente Luiz Cabral e comitiva,

acompanhados por Fidel Castro e outros dirigentes cubanos visitaram ontem sexta-feira, a grande granja agrícola de «Los Naranfos», situada próxima de Havana. Deram assim início ao programa da visita oficial de uma semana. Os habitantes das localidades vizinhas da granja reservaram aos hóspedes africanos um acolhimento amigável e cordial.

BANDO DE ASSASSINOS COMETE MASSACRE EM ALDEIA ANGOLANA

LUANDA — Bandos de assassinos do grupo fantoche «Unita», a soldo dos imperialistas e dos racistas, chacinaram na semana passada cerca de 300 pessoas, na região de Huambo, no centro-oeste de Angola. Segundo revela o «Jornal de Angola», o massacre ocorreu na aldeia de Canhala, próximo de Vila-Flor, a 30 quilómetros do Huambo, na noite de 7 para 8 deste mês.

Os grupos de criminosos cercaram a aldeia de ma- drugada e massacraram homens, mulheres e crianças, de forma bárbara, utilizando armas de fogo e catan- nas.

A opinião pública angolana tem manifestado a sua indignação face a este

crime hediondo cometido pelos foragidos do grupo fantoche da «Unita». Os reaccionários tentam em vão criar um clima de medo e de inquietude, nas vésperas do primeiro aniversário da independência do heróico povo da República Popular de Angola.

O Primeiro-Ministro an-

golano, camarada Lopo de Nascimento, visitou a área do massacre. O Govern- apoiado pelas massas popu- lares, toma medidas eficazes para neutralizar bandos de contra-revol- cionários. Uma grande cam- panha foi lançada para ac- bar com a criminalidade, especulação e o banditism

LIBANO: TROPAS SIRIAS ATACAM BEIRUTE E SAIDA



BEIRUTE — As forças sírias bombardearam hoje, sábado, com artilharia pesada e foguetes, o por-

to de Saida, no sul do Líbano, controlado pelas forças palestino-progres- sistas, anunciou a agência «Wafa».

Face ao avanço das tropas sírias sobre Beiru- te, a capital, Saida e Tri- poli, os últimos pontos de apoio das forças pa- trióticas libanesas e da resistência pelesstiniana no Líbano, Yasser Ara- fat, dirigente da O. L. P. apelou à nação árabe pa- ra conceder um auxílio urgente e fazer evitar a derrota.

Inauguração da Associação de Amizade com a URSS

A Associação de Amiza- Guiné-Bissau-URSS é ina- gurada hoje às 17 h 30 m com uma cerimónia no sal- Amílcar Cabral, da Ass- ciação Comercial. Uma d- legação soviética convid- da para a inauguração, ch- gou quarta-feira ao Pa- É dirigida por Baguir- Camram Oglí, deputado- Soviete Supremo, memb- do Comité Central do Pa- tido Comunista da Rep- blica de Azerbadjan e P- meiro-Secretário do Parti- na cidade de Sungait.

(Pag. 7)

„Os traidores do nosso povo,„

«Camaradas, esperei muito pela carta que escrevi sobre bolsas de estudo, que não chegou a sair. Na carta que escrevi sobre problemas da escola, disse que tinha muito a dizer sobre o assunto. Tenho na verdade, mas sou obrigado a deixar isso de momento. Mas, como esta é a minha última carta, espero que alguém me possa substituir, é para o bem do nosso povo.

Gostaria de falar sobre a economia nacional. Acho que está a ser muito prejudicada pelos traidores do nosso povo. Quando o nosso Estado, sob a direcção do Partido, criou a nossa moeda, o Secretário-Geral Adjunto do PAIGC disse que devíamos estar vigilantes, não deixar que os oportunistas exportassem a nossa moeda, ou fizessem qualquer coisa para sabotar a nossa economia. E os traidores tentam por todos os meios sabotar. Algumas vezes exportando moedas, outras através das mercadorias.

Desde que foram descobertos na exportação de moedas, os ambulantes só trabalham com mercadoria. Compram mercadorias nos países vizinhos — Senegal, Gâmbia — a baixos preços, para revender aqui a altos preços, obtendo desse modo lucros fabulosos. Mas não depositam esses lucros no nosso banco. Com esse dinheiro, compram mercadorias daqui para irem vender nesses países. Depois, tiram o lucro obtido, guardam-no nas bancas dos respectivos países. Com o resto do dinheiro compram novamente mercadorias para trazer outra vez e assim sucessivamente. Deste modo amontoam lucros em outros bancos prejudicando o nosso. Imaginem só: vi num desses mercadores ambulantes, um tubo de linha ao preço de 35 pesos.

Quanto aos donos de pensões, há que tomar medidas contra eles. Uma vez ouvi o encarregado da pensão Café Universal dizer a um cliente seu que ele próprio deveria carregar o leite e a sandes se quizesse comer numa mesa. Se não quizesse, que deixasse.

Quer dizer, o dono além de não querer contratar um criado de mesa ainda está a abusar. Para que servem as mesas? Já estou a notar que o que querem é não arranjar criado de mesa. Outra coisa: eles só querem dinheiro. Se alguém não tem dinheiro e tem sede não pode pedir água numa destas pensões porque a maioria não dá. Outros dão, mas a água da torneira sem a filtração, embora têm filhos.

Desculpem-me mas a carta foi escrita à pressa e não conseguí melhor outro papel. É preciso pedir contas a cada fiscal porque, para ser franco, nunca vi trabalho deles. Mais uma vez vos peço, aos fiscais, para pegarem teso. Entre os fiscais há muitos que foram comprados. Adeus e obrigado».

PEDRO CASSAMÁ — «NUNO»

Nota da Redacção: A carta sobre bolsas de estudo foi publicada na edição do último dia 12.

Comissao de técnicos contacta com populações do interior para elaborar Plano Nacional de Saude

Os funcionários do Comissariado de Saúde, técnicos da Organização Mundial de Saúde — OMS — e representantes de outros comissariados que participam dos trabalhos para a programação das linhas gerais do Plano Nacional de Saúde foram divididos em duas comissões para a execução de suas tarefas. Uma delas irá para as regiões de Cacheu e Tombali discutir com a população detalhes que servirão para pôr o plano em prática no interior do País.

A comissão central, que ficará em Bissau, foi dividida em seis sub-comissões que desenvolverão aspectos diversos da elaboração do projecto. A primeira ficará ligada a assuntos relacionados com serviço de laboratório, a segunda com a formação de pessoal. Outra sub-comissão dedicará-se ao planeamento do sistema de administração e transportes, normas técnicas, medicamentos e material. Assuntos ligados à formação, administração, planificação e legislação serão encargos de um quarto grupo de estudos. Os outros dois serão encarregados das campanhas nacionais, higiene do meio e nutrição e projectos de investimentos, construção e águas.

Estas subcomissões que no conjunto já estavam trabalhando desde terça-feira passada, realizarão debates e pesquisas separadamente, sem sair das linhas gerais do plano elaborado. No final tornarão a reunir-se em plenárias para expor as conclusões. Os técnicos da OMS, integrados nas sub-comissões, irão orientar os trabalhos de pesquisa. Representantes de diversos comissariados fazem parte desses grupos pois, «a saú-

de não poderá desenvolver-se sem a participação de todos os comissariados ligados ao sector de economia nacional», conforme disse um dos participantes camarada Venâncio, responsável da saúde na região de Tombali. Depois dos debates finais será elaborado um projecto e, em seguida, começarão os trabalhos de execução do plano.

A ideia do plano Nacional de Saúde foi exposta na Segunda Assembleia Anual dos Responsáveis de Saúde e Assuntos Sociais e aprovada pelo Conselho de Comissários de Estado. Além dos funcionários da Saúde, os trabalhos reúnem agora representantes da Agricultura, Finanças, Administração Interna, Obras Públicas, Energia, Indústria e Hidráulica, Desenvolvimento e Planificação, bem como técnicos da O.M.S.

FACTORES DETERMINANTES

Em linhas gerais, o plano baseia-se no facto de que «a hostilidade do meio ambiente, as más condições sanitárias, a falta de água potável, a insuficiência de alimentos ou a sua má utilização, a falta de hábitos higiénicos, são factores determinantes

de certas doenças no nosso país. A disponibilidade limitada de recursos materiais e financeiros, agravada pela falta de pessoal qualificado em todos os níveis e domínios, obrigou à adopção de soluções por vezes inadequadas, de soluções baseadas em experiências alheias mal assimiladas. A pobreza de infraestruturas, o número limitado de quadros de saúde, de médicos, enfermeiros e outros técnicos para médicos, a existência de muitas doenças, responsáveis pelas altas taxas de mortalidade, obrigaram o país a organizar-se nas actividades de saúde com um carácter predominantemente curativo. O Governo compreendeu que é necessário programar desde já um sistema integrado de saúde com objectivos a curto e a longo prazo. A esse respeito definiram-se já as linhas principais que orientarão as acções a desenvolver».

«Para o que o país quer atingir em matéria de saúde, será necessário desenvolver-se progressivamente um plano de acção em todo o território nacional. O plano deverá ser aplicado em todos os níveis, começando por aldeias e comunidades. Procurar-se-á não só proporcionar mais e melhores meios para resolver o problema da saúde mas, também desenvolver a própria comunidade. E, com a ajuda de outros Comissariados do sector da economia nacional, fazer um esforço conjunto para elevar o nível de vida das populações.

A nível das secções, dos sectores, das regiões e da capital do país, desenvolver os serviços necessários para apoiar as acções a nível de tabancas: com a provisão de medicamentos e de meios materiais, consulta a tempo de pacientes em hospitais e centros especializados, formação e preparação de pessoal qualificado, supervisão e controlo dos trabalhos, planificação e direcção central. E esse plano só será operacional uma vez formuladas as prioridades, definidas etapas da sua realização e aplicação e, detalhados os programas e projectos a cumprir».

Depois de vários inquéritos que o Comissariado da Saúde fez a nível de tabancas, caracterizou-as de uma maneira geral, por um aprovisionamento limitado de água, péssimas estradas, quando existentes, inexistência de latrinas, instalações rudimentares de protecção sanitária, ausência de estruturas de enquadramento do pessoal e para evacuação de doentes, meios primitivos de cultivo da terra, cultura e produção alimentares pouco diversificadas, ausência de desenvolvimento comunitário e ausência de actividades culturais e recreativas. Depois deste inquérito o Comissariado realizou dois projectos piloto de acção social nas regiões de Cacheu e Tombali, que serão postos em prática em 1977, com a realização desse plano que está a ser estudado.

RESPONDE O POVO

Transportes colectivos — (1)

A criação de uma empresa de autocarros modernos para o transporte urbano e interurbano foi uma das primeiras preocupações do Governo logo após a independência. Os velhos e imprestáveis autocarros tuguas onde os guineenses eram transportados como bois a caminho do matadouro foram substituídos pelos confortáveis veículos da «Silô Diata». Mas é claro que não se transforma um país de um dia para o outro, a partir do nada que nos foi deixado pelos colonialistas. É preciso melhorar pouco a pouco. E nesse processo está incluído o próprio transporte colectivo. Dentro desse espírito, três pessoas que normalmente utilizam os autocarros da «Silô Diata» fazem críticas construtivas. Dão a sua opinião à respeito do funcionamento da empresa. Fazem sugestões para a sua melhoria.

Teodoro Varela Furtado, 84 anos — «Eu moro em Brá e tenho muita dificuldade em apanhar o autocarro. Às vezes, quando quero vir à cidade, passo horas e horas à espera do autocarro. Quando passa e está cheio não pára. Se pára é para descer os pas-

sageiros daquela zona. Há horas que passam três autocarros todos eles cheios e não param para levar ninguém. Hoje, por exemplo, estou na paragem desde as 9 h à espera de autocarro para voltar para casa e já são 11 h 30 min ainda não encontrei um que passasse não muito cheio para me levar. Acho que os responsáveis deveriam fazer sempre fiscalização nos autocarros, tanto no que diz respeito aos horários como à lotação de passageiros. Deviam fazer os horários de modo que não houvesse

três a passar ao mesmo tempo. Pelo menos, com intervalos de minutos».

Augusta Pereira, 26 anos, doméstica — «Sou do bairro de Reno. No meu bairro não temos falta de transportes. O autocarro passa sempre e nunca está muito cheio. Podemos ir sempre nele. Eu por exemplo, quando quero ir para a cidade, nunca perco tempo à espera dele. Sempre consigo entrar porque tem lugar. Nem sempre viajo nele, mas quando preciso não tenho dificuldades. Mas, como a minha casa é à beira

da estrada, sempre vejo o autocarro a passar sem estar cheio. E passa sempre na hora, nunca se atrasa».

Álvaro Víctor Manuel Pires, 18 anos, estudante — «Nunca tenho dificuldades com transporte. O meu bairro é de Bandim e sempre temos autocarro, hora a hora, todos os dias. Só aos sábados à tarde e domingos não temos autocarro. Acho que, nesse aspecto, está mal. Deveriam deixar os autocarros continuarem a funcionar aos sábados à tarde e domingos. Às

vezes, precisamos ir à cidade nesses dias, e não temos meio de transporte, principalmente no sábado. No domingo há menos problema porque as lojas estão fechadas e não precisamos de ir à cidade fazer compras. O autocarro da nossa zona nunca passa muito cheio, sempre tem lugar para levar mais pessoas. Só quando chove é que ele passa um bocado cheio. Fora isso não temos problemas no transporte colectivo de passageiros, nem em relação ao horário. Está muito bem feito.»

Escola de Policia Daniel Monteiro: Uma nova ordem publica

Encerrou o 1.º Curso para agentes da Polícia da Ordem Pública e da Polícia Económica e Fiscal que funcionou na recém-criada Escola de polícia «Daniel Monteiro», no Tarrafal.

Uma escola de polícias é uma novidade em Cabo Verde. Contudo a preparação de agentes que façam respeitar a nova ordem pública, a tranquilidade e a segurança do cidadão caboverdiano foi, desde o início uma preocupação do nosso Partido e do Estado.

Num pequeno gabinete das antigas instalações da guarnição da tropa colonial da extinta prisão do Tarrafal, o Inspector da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (DNSOP), Miranda Alfama, Director da Escola da Polícia «Daniel Monteiro», explica-nos o seu funcionamento.

Esse autêntico gabinete de campanha só tem como decoração, além da secretária e das cadeiras que ocupamos, quadros de pessoal, gráficos de aproveitamento de frequência, quadros das ementas, etc., o que nos deixou desde início, uma impressão de se ter preocupado com a organização.

O Director da Escola vai apontando para o quadro onde estão inscritos os nomes de algumas dezenas de futuros agentes da Polícia de Ordem Pública e explicando a rigorosa selecção que foram submetidos os candidatos antes de poderem frequentar o curso.

SELECÇÃO RIGOROSA E CURSO INTENSIVO

Essa selecção era exigida pelo nível do Curso a ser ministrado, que inclui noções de Direito, Ciências Naturais, Matemática, Português, além da instrução militar geral, transmissão, topografia, serviço de trânsito, serviço policial urbano, ética policial e preparação política. De facto foi exigido, como habilitação literária mínima, Ciclo Preparatório (antigo 2.º Ano) ou a passagem num texto equivalente ao 2.º ano para os candidatos com a 4.ª classe.

Um desses candidatos é Filipe Antunes, de 30 anos que fez recentemente a 4.ª classe no quadro das actividades de alfabetização do Partido no Fogo e, segundo nos disse o Director da Escola, um dos melhores alunos do Curso.

Essas dezenas de homens, na sua maior parte jovens, que frequentam a Escola, só constituem 30% dos candidatos inscritos pois, segundo nos informou o Ins-

pector Miranda Alfama, 70% dos candidatos foram eliminados nos testes.

O Curso foi intensivo: desde as 5h45, em que é tocada a Alvorada, até às 22.15, o horário que pudemos ver no Gabinete da Direcção, prevê actividades de toda a espécie, desde aulas de formação política, passando pela higiene pessoal, até ao serviço de faxina.

A duração do Curso foi de doze semanas, inteiramente enquadrado e ministrado por pessoal pertencente quer à DNSOP, quer às FARP. Mas, além da matéria obrigatória do curso foram desenvolvidas actividades tendentes a aumentar a cultura desportiva e a cultura geral dos futuros agentes do POP e da PEF. Entre essas actividades, contam-se as palestras sobre temas como: «O agente da polícia face ao doente mental», proferida pelo psiquiatra Ireneu Gomes, «A POP no processo da Reconstrução Nacional», pelo Camarada Manuel Pereira, Chefe do Gabinete do Primeiro Ministro e «Princípios de Direito», pelo Juiz da Região de Sotavento, Dr. Eduardo Rodrigues.

DISCIPLINA, SAÚDE FÍSICA E MENTAL

A Direcção da Escola preocupou-se também com a saúde física e mental dos instruídos: num dossier clínico individual de cada futuro agente da POP regista os testes laboratoriais e neuro-psiquiátricos a que foi submetido no momento da incorporação, bem como resultados da observação a que se pode submeter durante a visita semanal do médico assistente. Para curativos de pequena importância, contam com a assistência permanente do enfermeiro do Tarrafal.

Não há dúvida de que dois aspectos nos impressionaram ao visitar a Escola «Daniel Monteiro»: o asseio e a disciplina. É claro que estes dois problemas estão interligados porque é impossível manter em tal asseio

o dormitório de dezenas de homens, como pudemos constatar, se não houver um mínimo de disciplina.

O Inspector Miranda Alfama levou-nos a visitar a cozinha, o dormitório dos instrutores, o armazém da manutenção: tudo em perfeita ordem e asseio. Aliás, não podia ser de outro modo. Não se poderia compreender que uma escola de «agentes da ordem» não fosse um exemplo de disciplina, organização e ordem.

Quando entramos na sala onde o Chefe de Esquadra Évora, do Fogo, ministrava uma aula de serviço policial urbano, toda a gente se ergueu numa pronta saudação (o que repugna a muita gente, hoje em dia). Perguntando sobre o aproveitamento das aulas, o Chefe de Esquadra Évora respondeu que era francamente bom, fazendo um prognóstico de um aproveitamento final de 100%.

A PROFISSÃO DE POLÍCIA

E como encaram os alunos da «Escola Daniel Monteiro» a sua futura profissão? Metemos conversa sobre o assunto com o instruído José Mendes Araújo, de 19 anos, o mais novo de todos. E, como para assustar, disparámos: «Olhe que a profissão de polícia não é coisa fácil. Vai encontrar pela frente muitas arrelias e incompreensões da parte do público».

«De qualquer modo, será o meu contributo para a Reconstrução Nacional» respondeu o instruído Mendes Araújo, mostrando ter compreendido perfeitamente que não há Reconstrução Nacional onde haja desordem, desrespeito pelo sossego dos cidadãos, desrespeito pela vida alheia quando são infringidas as regras de trânsito, por exemplo. Disse-nos ainda que o bom andamento da Escola é, sobretudo, devido ao esforço dos instrutores. Isso, claro, é um pouco de modestia: sem esforço da parte de instrutores e

instruídos nenhuma escola funciona bem.

«Olhe que você, que é simpatizante organizado do Partido, vai ser chamado muitas vezes de fascista», dissemos a rir a Filipe Antunes, de quem já falámos. «Que me importa?, respondeu muito sério. Fascista é quem chama a polícia de fascista».

Pelos vistos, na Escola «Daniel Monteiro» não há confusões a respeito do que é a democracia e do que é fascismo. Aliás, uma das condições exigidas aos candidatos era a total identificação com os princípios do Partido e foi dada tanta importância à preparação política como à instrução militar e técnica.

LIGAÇÃO DA ESCOLA À J.A.A.C.

«Temos uma palavra de apreço, tanto para o Comando da Escola Político-Militar do Tarrafal como para o Comissário Político e o Delegado de Administração Interna do Tarrafal, disse-nos o Director da Escola.

De facto, uma das preocupações da Direcção da Escola foi não deixar que ela se tornasse um compartimento estanco. Foram organizados contactos com os recrutas das FARP, que recebem instrução militar nas instalações ao lado e com a organização da JAAC no Tarrafal.

A esse respeito, quisemos ouvir o Camarada Euclides Tavares Fontes, Comissário Político desse Sector.

«Penso que foi uma experiência muito proveitosa, tanto para os jovens do Tarrafal como para os recrutas da Escola», disse. E explicounos que vários encontros culturais e desportivos foram organizados, tendo surgido sólidas amizades entre jovens do Tarrafal e instruídos da Escola, muitos dos quais foram inclusivamente, passar o fim de semana a casa daqueles.

«É uma experiência que devemos continuar com os recrutas das FARP porque esse contacto e mútuo conhecimento pode evitar muitos problemas. De resto, é preciso fazer sentir aos jovens incorporados nas FARP ou na Escola da Polícia que estão em casa», acrescentou o Camarada Euclides.



AMÍLCAR CABRAL

Estatuto político (4)

[...] «Existem ainda pretensas «instituições de natureza política tradicional», que são transitóriamente mantidas e se conjugam com as instituições administrativas do Estado português na forma declarada por lei» (art. 7 do Estatuto).

«Convém fazer notar desde já que essas instituições não participaram na elaboração da lei que rege a sua coordenação com as instituições administrativas do Estado português.

«As unidades políticas tradicionais são geralmente consideradas como regedorias indígenas, embora se admita a designação estabelecida para uso regional» (regulado reino, na Guiné «portuguesa» — art. 8 do Estatuto). Podendo ser constituídos por grupos de aldeias e por aldeias, com os respectivos chefes, a regedoria é dirigida por um regedor indígena que exerce a sua autoridade sobre as populações autóctones, «cumprindo as funções atribuídas pelos usos locais», com as limitações estabelecidas pela lei (§ único do art. 8, art. 10 e 2 do art. 10).

«Com as funções atribuídas pelos usos locais não são as que regulamentam e determinam a vida do povo da Guiné «portuguesa», os regedores e os chefes indígenas, cujas funções são normalmente remuneradas» (§ 1 do art. 10), não passam de agentes africanos do domínio português. Embora o art. 11 do Estatuto estabeleça que «os regedores são eleitos, ou de sucessão directa ou colateral», o que na realidade se verifica é a substituição dos chefes tradicionais por pessoas nomeadas pelas autoridades coloniais».

«Basta aliás, tomar em consideração as seguintes disposições da lei, para se constatar que a manutenção transitória das pretensas instituições de natureza política tradicional, que em nada modifica a situação anteriormente analisada (órgão de soberania, órgãos do poder locais), não passa de uma meio para melhor dominar e controlar a população africana servindo-se dos próprios africanos».

«Com efeito:

a) «a obediência que as populações lhes devem às autoridades tradicionais é a resultante da tradição e será mantida enquanto respeitar os princípios e interesses da administração a contento do Governo» (§ 2, art. 10 do Estatuto);

b) a investidura dos regedores que a eleição ou a sucessão designaram fica dependente de homologação pelo Governador da província ou do distrito... que podem igualmente destruí-los (§ único, art. 11, ibidem);

c) os chefes de grupos de povoação e os chefes de povoação serão escolhidos... com aprovação das entidades administrativas locais», art. 12, ibidem;

d) as populações não podem depor os chefes gentílicos investidos em exercício de funções por autoridade administrativa, nem reintegrar quem delas legitimamente tenha sido destituído, (art. 14 ibidem)».

* Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

O bairro Sintra-Nema, formado antes do começo da luta de libertação nacional, vai mudar de nome. Será bairro 20 de Janeiro. Logo no início, chamava-se N'Djossó. Depois, com a política demagógica dos colonialistas, ficou dividido em Reno, Sintra e Nema, cada um com o seu «rei». Isso, para contentar os chefes tribais. Agora, depois de um certo tempo de trabalho político, com a entrada do Partido em Bissau, os bairros foram reunidos. Não há nada que os divida ou diferencie, segundo o vice-presidente do comité, Francisco Tavares.

Sintra e Nema, bairros individualmente pequenos, não tinham necessidade de estar separados porque não havia nenhuma estrada que os separasse. Então por decisão da direcção do Partido resolveu-se juntar Nema e Sintra. «Nós achamos que tudo deveria ser Sintra. Também chegamos à conclusão, depois de algumas discussões, de que devíamos acabar com esses nomes porque não nos dizem nada. Foram colocados pelos colonialistas. Já mandamos o relatório para o Comité da Região de Bissau. Foi aceite mas ainda não está oficializado». Antes de escolher o nome 20 de Janeiro, pensamos pôr o de algum herói da luta que tivesse saído das redondezas. Não encontramos.

O bairro — Sintra e Nema reunidos — tem 4.100 moradores. Muita gente se fixou nele durante a luta, contra a sua vontade. Com a entrada do Partido em Bissau e já com o hábito de fazer vida fácil na capital, pouca gente voltou às suas tabancas no interior do País. Francisco diz que a população até aumentou um pouco: quase ninguém quis voltar para a lavoura, onde podem ser mais úteis à reconstrução nacional.

A população é composta, principalmente, por trabalhadores. Há alguns empregados do Estado e do comércio, muitos desempregados. O Comité de Sintra-Nema foi criado há um ano e meio, depois de serem contactadas todas as pessoas que trabalhavam na clandestinidade na época da luta. É formado por cinco dirigentes: presidente, vice, responsável de Educação e Cultura, responsável dos Assuntos Sociais e tesoureiro. Tem uma organização de juventude, composta por cinco dirigentes, e uma de pioneiros, criada pela Juventude Africana Amílcar Cabral.

TRABALHO DO COMITÉ

O Comité tem duas espécies de actividade: política e governamental. Os problemas relacionados com assistência médica, Armazém do Povo, Justiça, são tarefas governamentais. Qualquer assunto sem grande gravidade é resolvido na própria sede. Apenas os problemas grandes, que tenham outras implicações, são dirigidos para os departamentos responsáveis, geralmente casos ligados à Segurança, à Justiça.

Francisco Tavares explica

que isso não pode ser chamado de julgamento: «O nosso dever é mostrar ao povo a sua falta, fazê-lo compreender». Há um responsável pela Justiça no Comité, auxiliado por outras três pessoas. Reunem-se para sessões todas as quartas-feiras e aos sábados. Antes, tinham muito trabalho. Havia constantes conflitos entre homens e mulheres. Agora, depois de algum trabalho político, isso diminuiu muito.

Devido a grande desorganização que havia no bairro e ao grande trabalho que falta fazer, mesmo com a ajuda da Juventude, os integrantes do Comité resolveram dividir o bairro em quatro zonas. Em cada uma delas há um sub-comité formado por militantes e simpatizantes. Todos os componentes destes sub-comités e do comité preparam-se para suas funções junto à população nas reuniões de terça-feira com o delegado do Partido no bairro, o camarada Filinto Barros. São pequenas aulas políticas, espécie de seminários. Francisco Tavares: «Para se falar com o povo é preciso ter preparação política e conhecer o dia a dia dele».

Segundo o vice-presidente, no início havia uma grande participação dos moradores na discussão dos problemas do bairro. Eram feitas reuniões diariamente. Sempre em locais diferentes. Agora poucas pessoas aparecem. As reuniões passaram a ser realizadas duas ou três vezes por semana e acabaram sendo reduzidas mais ainda. Continuam apenas aos sábados, às 16h, horário que quase nunca é cumprido.

CONTROLE RIGOROSO

Devido a essa pouca participação, o comité tomou decisões bastante drásticas. Passou a controlar com rigor as actividades políticas e instituiu um cartão para controle da presença nas reuniões. As pessoas que comparecem têm o cartão rubricado e com ele em dia têm facilidades nas compras no Armazém do povo: são os primeiros a serem atendidos. Os que não participam das reuniões estão sujeitos a esperas maiores nas bichas.

Havia pessoas que pediam cartões emprestados para vizinhos.

A Juventude encarregou-se de fiscalizar. Quando chegam mercadorias no Armazém ficam ao lado das

SINTRA — NEMA: UM I PELA DEMAGOGIA DO PARA CONTENTAR C



bichas. Sabem, através dos arquivos, que o cartão com determinado número pertence a família tal. E isso termina até facilitando o trabalho dos empregados do Armazém: «Com um tiro só matamos muitas gazelas».

O Armazém do Povo funciona numa casa pequena coberta de zinco. É alugada e não satisfaz as ne-

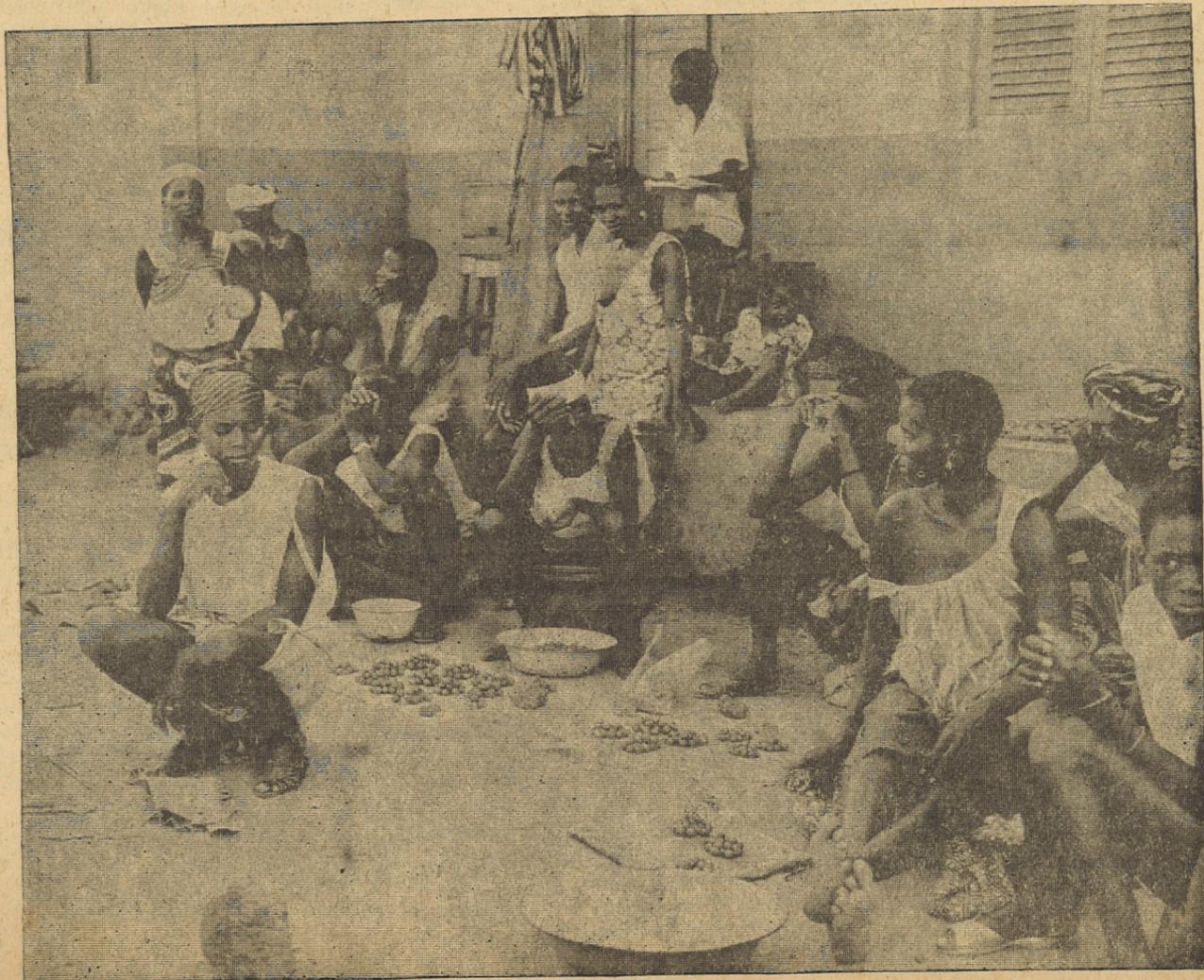
cessidades da população. Deveria ter sido instalada no centro do bairro mas não foi possível, não havia nenhuma casa à disposição. Pensaram em construir uma de adobes mas o Comissariado do Comércio tem um projecto próprio para os armazéns, está apenas à espera do projecto de urbanização do Comissariado de Obras Públicas. Então foi

preciso alugar provisoriamente uma casa.

E com isso os moradores de Nema protestam. O Armazém fica no lado de Sintra, quando chegam os géneros eles não ficam sabendo. Mas, quem participa das reuniões sempre está informado da chegada de produtos para venda. Ocorre é que, às vezes, os funcionários do Armazém têm

dificuldade para levantar as mercadorias no centro: «Há bichas enormes. Muitas vezes, temos que fechar o Armazém aqui para irmos ao centro. E voltamos sem nada».

O aspecto e os problemas gerais do bairro são semelhantes a todos os outros da zona suburbana de Bissau. As mesmas palhotas amontoadas, sem condições



BAIRRO DIVIDIDO OS TUGAS CHIEFES TRIBAIS



higiénicas, as mesmas dificuldades herdadas do colonialismo. Apesar disso, de um modo geral, as ruas estão relativamente limpas o lixo é recolhido com regularidade e amontoado. Uma parcela minoritária, da população faz jornadas de trabalho voluntário com esse objectivo.

Há uma única bomba de água em Nema. A canali-

zação só passa perto da sede do Comité. A maior parte dos moradores do bairro é obrigada a retirar água dos poços colectivos. E na época seca eles esvaziam. Poucas casas têm luz, que não existe nas próprias ruas. É justamente essa minoria de pessoas que têm casas cobertas por telhas com luz eléctrica e água ca-

nalizada, habitações bem melhores do que as outras, que causa os maiores problemas de participação nos assuntos gerais do bairro. Segundo o vice-presidente, «armam-se em pequenos burgueses».

— Não contamos com eles para as reuniões nem para os trabalhos voluntários. Dão sempre a desculpa que não sabiam do horário, nem do local, quando toda a gente sabe que as reuniões são na zona sempre aos sábados. Já pensamos mandar uma espécie de convite escrito para essas pessoas. Assim elas não terão mais nenhuma desculpa para ignorar as actividades do bairro. Eles julgam que sabem muito mas a sabedoria não lhes serve de nada porque não a usam para ensinar aos seus camaradas. Pensam não são da sua classe.

«MUITO POR FAZER»

Um dos assuntos mais discutido no bairro é a falta de escola oficial. As crianças assistem às aulas em locais distantes. O proble-

ma já foi colocado no Comité de Região. Está em estudo. «Talvez com o tempo as nossas crianças já tenham uma escola. Temos que ir devagar, os tugas não nos deixaram nada. Há muito por fazer».

Quando fala neste muito por fazer o vice-presidente certamente também se refere aos aspectos relacionados com consultas médicas. Não há posto sanitário no bairro apesar dos planos para a sua instalação. Existe apenas uma consulta-escola para mulheres. Mas o número de interessados em aprender diminuiu muito. Durante as consultas, nas terças e sextas-feiras, as mulheres recebiam uma série de informações importantes. Como observar uma grávida como identificar determinadas doenças. A enfermeira encarregada das aulas enfrenta uma série de dificuldades. Por exemplo, as mulheres desconhecem os números, então têm que medir a barriga de uma grávida aos palmos. Não podem usar uma fita métrica.

Seis jovens do bairro já tiraram curso de educação sanitária e alfabetização. São eles que dão explicações sobre higiene à população, nas reuniões de zona. Há algum tempo tinham até uma escola de alfabetização para adultos, na sede do comité. Havia aulas todos os dias às 18 h. Mas as pessoas que compareciam às aulas deixaram de aparecer, o material didáctico começou a desaparecer.

Paralelo a tudo isso, existe o problema de recursos para o desenvolvimento das tarefas. O comité tem muitas dívidas. Com a falta de pagamento das quotas do Partido, atrasaram a renda da sede. Pretendiam projectar filmes na Udib ou no Liceu para liquidar algumas das dívidas. E, inclusive, melhorar a própria sede: o mobiliário foi comprado há cerca de dois anos. Está velho e podre. Não há uma única máquina de dactilografia. Quando precisam para os relatórios, têm que pedir emprestado.



AFRICA

DESMASCARAR A FARSA DA 'INDEPENDÊNCIA' DO TRANSKEI

Se as coisas andarem bem para os seus patrocinadores, o bantustão sul-africano do Transkei converter-se-á num estado independente em 26 de Outubro do ano em curso. E a sua independência será a primeira concedida pela política de «desenvolvimento racialmente separado» (apartheid), que leva já um quarto de século de existência legal na África do Sul.

No dia 2 de Outubro do ano passado, data em que o chefe Kaiser Matanzima anunciou a futura independência do Transkei, o jornal francês «Le Monde» contou oito e o semanário «Internacional Herald Tribune», que é publicado em Paris, dez bantustãos dentro da República Sul-Africana. A tal ponto é indefinida a geografia das «pátrias bantas» que jornais de grande circulação podem não coincidir na contagem.

A lista oficial, a de Pretória, naturalmente, é de nove bantustãos, «correspondentes a nove «diferentes» grupos de população»: Zulu, Xhosa, Transkei, Xhosa Ciskei, Tswana, Sotho Setentrional, Venda, Shangaan (e Tsonga) e Swazi. Além do facto de que todos são bantos e, logicamente, não tão diferentes, basta uma simples leitura da lista oficial para revelar algumas incongruências: os Xhosa, um único, estão repartidos em duas «pátrias», o Transkei e o Ciskei; a mesma coisa acontece com o grupo Sotho, dividido em Sotho Setentrional e Basotho; o grupo Tsonga foi associado ao Shangaan dentro de um único bantustão, etc.

Não é nosso objectivo corrigir a organização do governo de Vorster nem perder o tempo procurando mais coerência na correlação grupos-pátrias, mas acontece que até os textos de propaganda menor do «apartheid» são capazes de irritar o mais ascético jornalismo.

Uma coincidência interessantíssima foi a que houve entre o anúncio feito por Matanzima e o avanço das tropas sul-africanas dentro do território angolano. Vorster demonstra mais rigor nos seus movimentos tácticos que nisto de «casar» bantustãos com grupos tribais: é evidente que convinha aos agressores do povo angolano uma notícia que pudesse desviar a atenção, anotar mesmo entre os ingénuos — uma cifra no haver do «apartheid».

Matanzima é, porém, o único primeiro-ministro de bantustão que pediu a independência a Pretória, até agora. E ainda que Vorster argumente que isto obedece ao facto de que o Transkei é o mais «auto-suficiente» dos nove bantustãos, tem-se que procurar a razão em outra parte: 83% do orçamento do território

é subsidiado pela República Sul-Africana.

A razão podia ser que Pretória sente-se suficientemente segura da lealdade de Matanzima, e não tanto da de outros chefes de bantustãos. Alguns deles têm manifestado, timidamente, as suas dúvidas sobre os sistemas e sobre a viabilidade da «independência». Por exemplo L. M. Mangope, primeiro-ministro do bantustão Tswana, que existe somente no papel; L. Sebe, primeiro-ministro do Ciskei, que existe somente no papel; e, sobretudo, o chefe do bantustão dos zulus, Gatsha Buthelezi.

Em Agosto de 1975, Buthelezi declarava:

«Eu sou sul-africano e quero ter acesso a tudo o que os brancos têm acesso neste país. Nenhum africano consequente quer bantustãos. O que eu quero não é, nem o Estado multi-nacional do sr. Vorster, nem o estado multi-racial dos seus adversários políticos do Partido Unido, mas uma República Sul-Africana integrada sem nenhum critério racial».

TRANSKEI: UM BANTUSTÃO COM 3 MILHÕES DE HABITANTES

A meia-hora do vôo do East London, a nordeste, e a uns 300 quilómetros de Durban a sudoeste, jaz o progressivamente pobre Transkei. Os seus 17 mil quilómetros quadrados, apenas 3,2 por cento da área total da África do Sul, limitam a oeste com a província do Cabo, ao norte com o Lesotho, a leste com a província de Natal e ao sul com o Oceano Índico.

O nome Transkei deriva do rio Kei, que é a sua fronteira sudoeste. Do s quase 3 milhões de seres humanos que se atribuem à sua área — 13 por cento da população sul-africana em 1976 — aproximadamente 1 milhão vive na situação de trabalhadores emigrantes temporários em fazendas, minas e centros industriais situados fora dos limites que o regime racista determinou para o Transkei. Em meados da década passada, havia 16 mil brancos todos-poderosos no meio de uma esmagadora maioria africana de xhosas (os mais numerosos), pondos, fingos, griquas, tembos, etc.

(Extracto de um artigo publicado na revista «Tricontinental».)

Câmara vai multar quem rola botijas de gas pelo passeio

A Câmara Municipal de Bissau vai multar quem rola botijas de gás no passeio. Tomou essa medida, divulgada na semana passada, para proibir o passeio de estragos causados por esse hábito. A multa, de acordo com o código de posturas, é de 300 a 500 pesos.

Paralelamente, apesar de não ter sido intenção da Câmara a medida tem uma outra consequência: elimina uma prática que poderia causar acidentes.

Segundo o camarada José Nunes Varela, director da Costa Campos, firma distribuidora de gás, a torneira de uma botija rolando no passeio pode abrir e causar um incêndio, se houver um fósforo aceso ou passar um carro à gasolina por perto.

— O melhor cuidado que se pode ter com as botijas é transportá-las num carro a gás-óleo ou que venham pessoas que possam carregá-las no ombro. Não temos por

enquanto possibilidades de fazer a distribuição a domicílio, que seria o mais correcto. Há falta de garrafas. Estamos à espera das garrafas que estão em concerto na Guiné-gás. Assim que elas estiverem prontas contamos fazer a distribuição cobrando mais 10 pesos para cada garrafa de 13 kilos e mais 20 pesos para cada garrafa de 55 kilos.

A campanha de recolha de garrafas anuncia da há duas semanas pe-

la Guiné-gás em colaboração com o Commissariado do Comércio já começou. No entanto, a Costa Campos só tem passado em casa de pessoas que entram em contacto com a firma para informar que tem garrafas à disposição. Precisam apenas telefonar, dar o endereço e ficar à espera.

— Pedimos àquelas pessoas que têm botijas vazias de gás em casa, que nos comuniquem. Do contrário continuaremos com as bichas e carregando botijas na rua.

Bombeiros de Bissau apagaram oito incêndios em Agosto e Setembro

Os Bombeiros Voluntários de Bissau apagaram oito incêndios e salvaram duas pessoas que caíram em poços nos meses de Agosto e Setembro. Um dos principais incêndios ocorreu no Palácio da República. Foi no dia 7 de Setembro às 10 h 40 min, causado por um curto-circuito. Os bombeiros foram chamados em poucos minutos, e o fogo não chegou a alastrar-se.

Os outros incêndios ocorreram por motivos diversos, muitos por descuido. Um deles foi no dia 12 de Agosto, às 18 h 30 min, na Rua Osvaldo Vieira. Começou por descuido de um operário que estava a trabalhar com uma caldeira de alcatrão descoberta. A caldeira explodiu e pro-

vocou chamas. No dia 21 do mesmo mês os bombeiros tiveram que intervir para apagar um princípio de incêndio na Primeira Esquadra da Polícia que começou com um curto-circuito no prédio ao lado.

No dia 30 de Agosto uma dona de casa do bairro Santa Luzia entrou na cozinha com um feixe de palha a arder. Eram 18 h 33 min. Um minuto depois, ao sair de novo para o pátio, deixou cair um pouco de palha sem notar. E teve que chamar os bombeiros porque o fogo se alastrou pelo beiral da casa.

No dia 8 de Setembro, outro acidente com alcatrão. Um pedreiro a trabalhar na cobertura de uma construção na Rua 17, dei-

xou cair uma caldeira com o alcatrão. Com a intervenção rápida dos bombeiros não chegou a haver prejuízos. Isso, no entanto, não ocorreu na casa do Bairro Bandim, onde uma mulher estava a fritar peixe, no dia 12 de Setembro, às 17 h, e acabou pegando fogo na cobertura da casa. Os próprios moradores quiseram apagar mas não conseguiram. Quando os bombeiros chegaram e dominaram o fogo muita coisa já havia sido destruída.

Nesses dois meses, no dia 11 de Agosto às 7 h 30 min, e em 6 de Setembro, os bombeiros voluntários salvaram duas pessoas que caíram em poços. A primeira foi Carolina Reis, de 14 anos. Escorregou e caiu

num poço de seis metros de profundidade, com um metro de água. Foi levada para o Hospital Simão Mendes com ferimentos leves. O outro acidente ocorreu no Bairro do Reino. Um menino de oito anos caiu num poço de 11 metros de profundidade e 1,60 de água.

Além dos incêndios e das quedas em poços, em Agosto e Setembro, os bombeiros de Bissau transportaram 20 doentes do interior para a capital, 17 dentro da própria área urbana, e cinco parturientes. Percorrem 540 quilómetros para isso. Os carros dos bombeiros rodaram outros 1517 quilómetros para prestar serviços de assistência e 215 para realizar 56 serviços «não especificados».

ANUNCIOS

Concurso

São avisados todos os candidatos inscritos ao concurso para preenchimento de lugares de dactilógrafo e aspirante do Commissariado de Justiça, que as provas terão lugar nos próximos dias 16 e 18 do corrente, respectivamente, na sala de aulas da Escola Técnica Vitorino Costa, pelas 9h, em Brá. Os candidatos deverão fazer-se acompanhar do respectivo Bilhete de Identidade ou qualquer outro documento bastante para identificação. As provas constarão da parte escrita e oral para aspirante.

O programa do concurso é o seguinte: para dactilógrafo; provas de dactilografia, por cópia de um texto, com duração de 30 min, prova de ditado à máquina, com duração de 15 min, algumas no-

ções do Programa do Partido (manuscrito) 30 min, redacção de um officio com temas simples (dactilografia) com duração de 20 min. Para aspirante; redacção sobre um tema dado, com duração de 30 min, estatuto de funcionalismo, breves noções sobre deveres dos trabalhadores da Função Pública, cumprimento de ordem, sigilo, correspondência e arquivamento, com duração de uma hora, dactilografia de um officio minutado pelo candidato, com duração de 15 min, algumas noções sobre princípios e objectivos do Partido.

A prova oral versará sobre estatuto de funcionalismo, breves noções sobre deveres dos trabalhadores da Função Pública, cumprimento de ordem, sigilo, correspondência e arquivo, algumas noções sobre princípios e objectivos do Partido.

Mudança de nome

Nos termos do n.º 1 do art.º 318º do Código do Registo Civil, faço saber que Adolfo Injai, solteiro, de 51 anos de idade, locutor da radiodifusão nacional da Guiné-Bissau, natural de Geba, região de Bafatá, residente no bairro de Cupelen de Cima, n.º 200, nesta cidade, requereu a alteração da composição do seu nome fixado no assento de nascimento para **Malam Serre Injai**.

São por isso convidados todos os interessados incertos, a deduzirem a oposição que tiverem no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste anúncio no Jornal. Conservatória do Registo Civil da Guiné-Bissau, 7 de Outubro de 1976.

Agradece-se

Artur José Barbosa, José Caetano e demais familiares, vêm por este meio agradecer sinceramente a todas as pessoas que se incorporaram no funeral do seu querido e chorado irmão, **Júlio José Barbosa** e aquelas que, de qualquer modo lhes manifestaram o seu pesar.

Agradecem ainda, muito reconhecidos, aos doutores: Honório, Raquel, Xito, Teresa e Naldina, aos camaradas Isidoro Ramos, Alice e Eva, os cuidados clínicos, o carinho e a amizade com que trataram o infeliz Júlio, bem como o conforto moral que lhes dispensaram.

Compra-se

Uma casa germinada em Bissau. Os interessados devem contactar com o quarto 104 no Hotel Ancar.

NO PINTCHA

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, AFE, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.
AMANHÃ — Higiene — Rua António N'Bana, telefone 2520.
SEGUNDA-FEIRA — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGE 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

SABADO — Primeiro Período de emissão:
5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em lingua/Mandinga e Fula; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep. 8h — Fecho da estação.

Segundo período de emissão
11h 55min — Abertura da estação; 12h — Fim de semana; 13h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (criolo); 13h 45min — Protesto; 15h — Fecho da estação.

Terceiro período de emissão
16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário/português/criolo/linguas; 17h 30min — Programa em linguas Balanta e Manjaco; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Resistência cultural; 20h — Noticiário/português/criolo 20e 30min — Mornas e coladeiras; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Música variada 23h — Tempos novos; — 24h Fecho da estação.

DOMINGO — Primeiro Período de emissão:
5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em lingua/Fula; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep.; 8h — Educação sanitária; 9h — Selecção musical; 10h — Ligação à Sé catedral (missa); 10h 45min — 2 corpos 1 corson; 12 — Fala di África 23h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Noites africanas; 14h 15min — Programa em lingua Bafada e Manjaco; 15h — Fecho da estação.

16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo; 18h — Programa em linguas Fula e Mandiga 18h 45min — Agenda do dia; 19h — A semana no mundo; 20h — Noticiário/português/criolo; 20h 30min — Programa em lingua Balanta; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Onda semanal; 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.

SEGUNDA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:
5 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra 6h 10min — Programa em lingua/Mandinga; 7h — Noticiário/português/criolo; —Actualidades sonoras rep.; 8h — Fecho da estação.

Segundo período de emissão
11h 55min Abertura da estação; 12h — Canções Manjaca; 12h 20min — Selecção musical; 13h Música crioula, 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Programa da mulher; 15h — Fecho da estação.

Terceiro período de emissão
16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo/linguas; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Ano I de organização; 20h — Noticiário/português — ciolo; 20h 30min — Prevenção rodoviária (criolo) 21h — Actualidades sonoras; 22h — Catavento 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.

CINEMA

HOJE — As 18h 30min «Quatro sargentos boas verdes» realização de Lee Frost com William Smith, Tony Young Michael Haynes — m/18 anos. A 20h 45min «Reconhecimento através do Rio Yantze» — filme chinês.
AMANHÃ — As 18h 30min e às 20h 45min «Quatro sargentos boas verdes».
SEGUNDA-FEIRA — filme a anunciar.

TROPAS SIRIAS LANÇAM OFENSIVA CONTRA BEIRUTE E SAIDA PONTOS DE APOIO DA RESISTÊNCIA LIBANESA E PALESTINIANA

BEIRUTE (TASS) — As tropas sírias prosseguem a sua ofensiva contra Beirute e Saida. Na quinta-feira à noite, as formações sírias contornaram a cidade de Bhamdoun e, pela estrada de Damasco, chegaram até ao acesso da cidade de Aley, último ponto de resistência dos destacamentos unificados das forças nacionais patrióticas e do movimento da resistência palestina, a caminho da capital.

Camille Chamoun, líder das forças cristãs da direita, declarou que o seu bloco pronunciava-se pela solução militar do conflito, pela vitória, completa. O jornal *Orient-Jour*, referindo-se às

fontes conservadoras próximas de Damasco, escreve que as tropas sírias propõem-se bloquear totalmente a capital libanesa, as cidades de Saida e de Tripoli, últimos pontos de apoio das forças nacionais patrióticas libanesas e do movimento da resistência palestina no Líbano.

Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina encontra-se, em Beirute, com os embaixadores dos países árabes, e informou-os sobre o desenvolvimento no país. Convidou a acção árabe a dar uma ajuda urgente, e a fazer o necessário para evitar a derrota do mo-

vimento da resistência palestina e das forças patrióticas libanesas.

TRIPOLI (TASS) — A República Árabe Líbia decidiu chamar o seu embaixador na Síria diz o comunicado oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RAL, transmitido pela Rádio-Tripoli.

A decisão do governo líbio foi tomada conforme as recomendações da conferência inter-árabe de solidariedade com a luta do povo árabe da Palestina, e das forças nacionais patrióticas do Líbano, que se realizou nestes dias em Tripoli, precisa a rádio.

RACISTAS FUZILAM NAS PRISÕES A MAIOR PARTE DOS PRESOS

DAR-ES-SALAM (TASS) — O sangue correu de novo nos subúrbios africanos do Cabo. A população de Nyanga, Guguletu e Lage, manifestou-se contra o regime do «apartheid». A polícia mais uma vez atirou sobre os africanos. Contam-se feridos. Reforços do exército e da polícia patrulham as ruas. As escolas estão fechadas.

A população africana de Middelburg (nordeste da RSA) desceu à rua protestando contra o processo dirigido contra um grande grupo de participantes nas manifestações anti-racistas de Agosto último.

Mais do que os processos, as autoridades matam simplesmente os manifestantes presos. Segundo novas provenientes de Joanesburgo, o estudante africano Mashabane, de 22 anos,

participante nos acontecimentos de Soweto, morreu na prisão racista.

Como sobressai do relatório da Comissão Especial, a polícia sul-africana fuzila calmamente os que participaram nas manifestações pacíficas começadas em Junho, em Soweto, e que se propagaram por todo o país. O exame médico das vítimas, que são, segundo números oficiais, cerca de 400, mostrou que a maior parte deles morreram devido a balas atiradas nas costas.

Procurando decapitar o movimento popular contra o «apartheid» e a impedir o recomeço dos acontecimentos, que enfraqueceram o estado racista, as autoridades prosseguem com as prisões entre diferentes camadas da população.

Alto Comissariado para refugiados aprova novo orçamento

GENEVA (AFP) — O Comité Executivo do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (HCR) adoptou na segunda-feira, em Genebra, um orçamento de 16 700 000 milhões de dólares para as operações do HCR, que se ocupará da reentrada de 1 400 000 pessoas em cerca de 70 países.

A África, que conta mais de 1 milhão de refugiados, beneficiará dos créditos mais importantes (6 001 000 milhões de dólares), antes da América Latina (5 006 000 milhões de dólares para 105 mil refugiados), a Europa (1 milhão de dólares para 25 mil refugiados) e o Médio Oriente e a África do Norte (503 mil dólares para 259 mil refugiados, dos quais 200 mil cipriotas e mais de 40 mil saharianos).

O HCR não se ocupa dos palestinianos, que dependem de um outro órgão da ONU.

A África conta mais de 1 milhão de refugiados. O Zaire, que abriga 460 mil angolanos, 24 mil burundis e 26 mil outros refugiados, receberá do HCR 1 339 000 dólares contra 880 mil. A Tanzânia, que abriga 171 900 refugiados (dos quais 110 500 burundis, 34 mil moçambicanos e 23 mil angolanos) beneficiará de 2 370 000 dólares este ano, contra 2 529 000 dólares.

Ao Uganda, que acolheu 112 500 exilados (78 mil ruandeses e 34 500 zairitas), o HCR dispensará 225 mil dólares, contra 242 597. Há no Sudão 98 mil refugiados que receberão 1 276 740 dólares contra 1 146 432 dólares. Os 36 mil refugiados na Zâmbia (30 mil an-

golanos e 3 900 namibianos e sul-africanos) terão 496 mil dólares contra 848 517.

O Burundi, que recebeu 49 500 ruandeses, receberá 306 mil dólares contra 290 311. Os 36 mil guineenses da Guiné-Bissau, refugiados no Senegal, beneficiarão de 226 mil dólares contra 224 mil. Por fim, o HCR dispensará 1 249 000 dólares contra 7 335 150 aos outros países de África: Angola, Botswana, Lesotho, Suazilândia, República Centro-Africana, Tchad, Congo, Gabão, Camarões, Etiópia, Quênia, Ruanda, Benin, Costa do Marfim, Gâmbia, Ghana, Alto-Volta, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra-Leoa e Togo, que abrigam no conjunto 19 200 refugiados.

Transkei: meio de legalizar a discriminação racial

DAKAR (TASS) — A proclamação do «independência» do bantustão do Transkei, fixada a 26 de Outubro, não é mais do que uma maquiagem política das autoridades racistas da RSA, cujo objectivo é o de legalizar a arbitrariedade e a discriminação racial da população africana do país, escreve o jornal senegalês *«Le Soleil»*.

Conforme os planos de Pretória, a população africana será colocada nos bantustãos «independentes», sob a égide dos chefes de tribos, e privadas do direito de residência nas outras partes do país. A seguir a esta política racista, os habitantes dos bantustãos tornaram-se imigrantes privados de direitos, dito de

outra forma, estrangeiros na sua pátria. Os bantustãos, que se encontram nas regiões mais desoladas, serão praticamente transformados em fornecedores de mão de obra, com mercado para a metrópole branca.

A concessão «da independência» aos outros bantustãos, prevista pelas autoridades, tem como objectivo dividir a população africana sob o índice tribal, opôr as etnias umas às outras e comprometer a unidade dos combatentes contra o regime do «apartheid», na RSA.

Estes planos criminosos, observa o jornal, confirma a intenção dos dirigentes da RSA de eternizar o regime do «apartheid».

Namíbia: A OUA só aceitará as condições apresentadas pela SWAPO

NAÇÕES UNIDAS — Nova York (AFP) — O ministro dos Negócios Estrangeiros da Maurícia, Harold Walter, presidente em exercício do Conselho de ministros da OUA, declarou na quarta-feira, perante o Conselho de Segurança, que a organização pan-africana não aceitará nada menos que as condições postas pela Swapo para a criação de um governo interino com vista à independência da Namíbia (Sudoeste Africano).

As condições da Swapo (Organização dos Povos do Sudoeste Africano) são as seguintes: sendo o representante autêntico do povo namibiano, a Swapo de-

ve ser o único interlocutor directo da África do Sul numa conferência constitucional, embora a África do Sul possa levar com ela «os seus fantoches». A conferência deve ser convocada pela ONU e realizada sob os seus auspícios.

Os presos devem ser libertados antes da conferência e a África do Sul deve comprometer-se em retirar as suas forças armadas da Namíbia. Deve ser fixada uma data para a independência, de preferência muito antes de 31 de Dezembro de 1978 (anunciada por Pretória). As modalidades da transferência do poder devem ser examinadas na conferência, mas a forma

de independência deve ser decidida pelos africanos.

Durante a mesma sessão, o representante do Botswana, Thebe Mogani, declarou que as potências ocidentais, membros permanentes do Conselho de Segurança, que protegeram a África do Sul, têm uma responsabilidade particular no Conselho e devem fazer com que Pretória respeite as suas resoluções no Conselho.

O representante da União Soviética, Mikhail Kharlamov, preconizou a aplicação urgente de um embargo sobre as vendas de armas a África do Sul, e declarou que «o governo de Pretória, com a ajuda de certos países da Nato, tinha

criado na Namíbia a maior base militar de África».

Por fim, o representante da Libéria, Angie Brook Randolph, insistiu na necessidade de organizar rapidamente eleições livres no território, sob a égide da ONU. Ela exige à África do Sul para iniciar imediatamente, fora do território, conversações constitucionais com as partes directamente interessadas: a Swapo e a ONU.

O primeiro-ministro da ilha Maurícia, Seewoosagur Ramgoolam, presidente em exercício da OUA, pediu na quarta-feira perante a Assembleia Geral da ONU, que seja fixada sem demora a data da independência

da Namíbia. Sugerindo um calendário, propôs que a ONU, durante o próximo mês, convoque uma conferência constitucional onde ela estaria representada, assim como a África do Sul e a Swapo. Os presos políticos devem ser libertados, dentro de três semanas, pelo menos, antes da data da conferência, e todas as forças sul-africanas substituídas logo que a conferência comece por uma forma de manutenção de paz das Nações Unidas, até que sejam colocadas na Namíbia um exército e uma polícia namibianos.

«Soyouz-23» no espaço

MOSCOVO (TASS) — A União Soviética lançou na quinta-feira às 20h 40min (hora de Moscovo) a nave cósmica «Soyouz-23», pilotada pelo tenente-coronel Viatcheslav Zoudov, comandante de bordo, e o tenente-coronel Genie Valeri Rojdestvenski, engenheiro de bordo. O objectivo do lançamento é o de prosseguir os estudos e as experiências científicas e técnicas com o laboratório científico orbital «Saliout-5», começados a 7 de Julho, durante o voo comum da nave de transporte «Soyouz-21» e do laboratório «Saliout-5». Os sistemas de bordo da nave «Soyouz-23» funcionam normalmente e a tripulação está em boa forma. Os cosmonautas iniciaram o programa de voo.

Madagascar: recolha do arroz

ANTANANARIVO (TASS) — No quadro da campanha massiva do «combate pelo arroz», mais de 2500 empregados do Ministério do Desenvolvimento Agrícola e da Reforma Agrária da República Democrática de Madagascar, decidiram ajudar os camponeses da cooperativa «Laniera», entrando para a recolha. «Laniera», situada nos arredores de Antananarivo, é uma das primeiras cooperativas malgaches do tipo socialista. O arroz é a principal cultura agrícola de Madagascar. Em dois ou três anos o país poderá cobrir inteiramente as suas necessidades em arroz. As exportações desta cultura atingirão 80 mil toneladas em 1985.

Atribuição de prémios Nobel

ESTOCOLMO (AFP) — A Academia Real das Ciências da Suécia decidiu, na quinta-feira, atribuir o «Prémio de Ciências Económicas, fundado pelo banco da Suécia à memória de Alfred Nobel», ao professor Milton Friedman da Universidade de Chicago (Estados Unidos), pela sua «contribuição à análise da consumação, na história e teoria monetárias, bem como os seus esclarecimentos sobre a complexidade da política da estabilização». O prémio de um montante, este ano, de 680 mil coroas (cerca de 770 mil francos), como os outros prémios Nobel, e atribuído nas mesmas formas que os outros prémios, será entregue solenemente ao laureado, em Estocolmo, a 10 de Dezembro, pelo rei Charles XVI Gustavo da Suécia. Também o Instituto Karolinska (Faculdade de Medicina de Estocolmo) decidiu atribuir «o Prémio Nobel de Medicina ou da Fisiologia» aos professores Baruch Blumberg e Carleton Gajdusek, «pelas suas descobertas de novos mecanismos da origem e difusão de doenças infecciosas».

Cooperação afro-árabe

ARGEL (AFP) — 21 países africanos e árabes assistem, desde quarta-feira à tarde, a um colóquio sobre o desenvolvimento da cooperação económica afro-árabe. Os participantes ao colóquio devem deter-se sobre o papel dos investimentos na promoção desta cooperação, sobre o comércio afro-árabe, sobre a formação comercial e sobre a possibilidade de empresas conjuntas

Presidente da Republica de S. Tomé e Príncipe

«ENFRENTAREMOS QUALQUER TENTATIVA IMPERIALISTA»

S. TOMÉ (PL) — «O imperialismo tentará, por todos os meios, impedir que se construa em S. Tomé e Príncipe um país onde não tenha possibilidades de instalar o seu sistema de exploração». Manuel Pinto da Costa, Presidente da República de S. Tomé e Príncipe e secretário-geral do Movimento de Libertação daquelas ilhas (MLSTP), é um dirigente dinâmico e muito conciso nas suas afirmações. Elas surgem como que impelidas por uma forte convicção interior. Foi desse modo que respondeu à primeira pergunta:

— Que carácter tiveram, no seu país, as tentativas imperialistas para impedir as modificações em curso, como já aconteceu em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau?

— Nós gostaríamos de saber, concretamente, quais são essas iniciativas. Assim teríamos possibilidades de tomar medidas concretas para combater todas elas. Contudo, temos a certeza que as modificações que se realizaram em S. Tomé e Príncipe são de carácter revolucionário. Portanto, é natural que não agradem ao imperialismo, na medida em que pretendemos acabar com toda a estrutura do tempo do colonialismo que permitia a exploração do homem pelo homem. Claro que estamos muito atentos e vigilantes em relação a toda e qualquer possibilidade de penetração impe-

rialista. Uma das nossas actividades, no sentido de impedir tal penetração, consiste em elevar, cada vez mais, a consciência colectiva da população, integrando-a consequentemente no nosso partido, fornecendo-lhe um suporte ideológico que lhe permita identificar e fazer frente a qualquer manobra imperialista.

OS ANTECEDENTES

O MLSTP foi criado em 1963 e desde essa data dirigiu a luta anticolonialista nestas duas pequenas ilhas. Foi ainda o MLSTP que fez avançar o processo de descolonização do seu jovem país, quando, depois de 25 de Abril de 1974, sectores metropolitanos ligados aos grandes latifundiários da colónia tentaram manter intacto o velho sistema de dominação. Manifestações populares, em que patriotas são-tomenses perderam a vida, impuseram as negociações e, em 12 de Julho de 1975, nasceu a República de S. Tomé e Príncipe.

Manuel Pinto da Costa, um dos fundadores do MLSTP, muito ligado a Amílcar Cabral, que viveu anos de perseguição e exílio, prossegue as suas declarações:

«Neste momento estamos a desenvolver um trabalho de formação de quadros do nosso partido. De seguida, iniciaremos uma mobilização geral do nosso povo para desenvolver a sua cons-

ciência política a um nível superior daquele que tinha durante a luta contra o colonialismo. Desse modo, estaremos em condições de enfrentar qualquer tentativa de penetração imperialista em S. Tomé e Príncipe.»

A entrevista com o dirigente santomense decorre no seu gabinete. Uma sala pequena que ainda conserva reminiscências do estilo colonial: pesados móveis de carvalho, espessos tapetes e pomposos candeeiros de vidrilhos. De uma das janelas avista-se a praia: as mesmas praias por onde, séculos atrás, circulou uma torrente de escravos africanos, muitos deles angolanos, e por onde, agora, transitam alguns navios mercantes.

Perguntamos ao presidente de S. Tomé e Príncipe se o país foi vítima de alguma espécie de bloqueio comercial, dada a estrutura económica herdada do colonialismo: «Não, até agora não houve bloqueio. Na era colonial, o comércio realizava-se exclusivamente com Portugal, pois S. Tomé era uma colónia portuguesa. Utilizavam-se meios de transporte portugueses e grande parte das nossas mercadorias vinha de Angola. Mesmo que houvesse uma certa tentativa de bloqueio por parte do imperialismo, em relação aos abastecimentos, nós temos muitos amigos em África: Angola e outros países amigos ajudar-nos-iam, natural-

mente, a enfrentar toda e qualquer manobra imperialista desse género».

O actual Palácio do Governo, onde anteriormente estavam instaladas as autoridades coloniais, está situado, inevitavelmente, perto da Igreja Matriz. No interior do palácio ficaram dois quadros, através dos quais se pretendia dar uma imagem «civilizadora» do colonialismo: a chegada dos conquistadores portugueses, inusitadamente angelicais, portadores da sabedoria, e um grupo de indígenas, supostamente felizes, que lhes oferecem presentes.

O ANALFABETISMO

Em tempos, correu como um mito que, graças ao colonialismo português, praticamente não havia analfabetismo em S. Tomé e Príncipe. O presidente da jovem República independente sorri perante aquela observação: «O colonialismo português apresentava, com frequência, S. Tomé e Príncipe como um exemplo, digamos positivo, da colonização. Mas a verdade é que existia analfabetismo em São Tomé e Príncipe e ainda hoje existe. Sem dúvida alguma que, em relação às restantes antigas colónias, era menor, o que é natural, pois era mais fácil a alfabetização. Quanto ao problema da criação de uma universidade, isso não nos preocupa de momento. Podemos resolver essa questão em qual-

quer altura, com a cooperação das ex-colónias portuguesas. Angola, por exemplo, tem já uma universidade e uma estrutura universitária montada».

Este tema, a cooperação entre as ex-colónias portuguesas, leva-nos a indagar sobre as actuais relações com a ex-metrópole. «Sempre dissemos, mesmo antes da nossa independência, que gostaríamos de manter boas relações com o Povo português. Nunca confundimos o Povo português com o regime fascista. Naturalmente, depois do 25 de Abril e da nossa independência, abriam-se perspectivas de boas relações com Portugal. Ti-vemos ocasião, agora, de resolver certo contencioso relacionado com a colonização portuguesa em S. Tomé e Príncipe e criámos uma base para fortalecer as relações com o Povo português e com Portugal. No caso de existir uma identidade de pontos de vista em relação a essa cooperação, ela será materializada. Pela nossa parte, estamos dispostos a cumprir os nossos deveres, mas com a condição de que essa cooperação possa trazer algum benefício para o nosso país, e de que isso não signifique, por outro lado, que tenhamos de abdicar do nosso brio nacional. Só nessas condições estamos interessados em cooperar com Portugal, ou com qualquer outro país!».

CHINA — A população das duas maiores cidades industriais da China, Shanghai e Wuhan, desceu à rua, ontem, para manifestar o seu apoio ao sucessor de Mao Tse-Tung, Hua Kuo-Feng, segundo testemunhas estrangeiras de passagem por essas duas cidades. Em Shanghai, soube-se de fonte segura, foram organizados desfiles, enquanto os muros do centro da metrópole industrial, cobriam-se de cartazes de grandes caracteres (dazibao), apoiando a nomeação de Hua Kuo-Feng, e denunciando um «grupo de conspiradores anti-Partido».

LÍBANO — A ofensiva síria recomeçou na frente da montanha, a 20 quilómetros a este de Beirute. Segundo a agência palestina de informação «Wafa», «violentos combates desenrolaram-se em Bhamdoun, Baalchemoye-Bhamdoun e Ain Jdeideh-Bhamdoun. Precisando que um «grande número de carros sírios participam na batalha», a «Wafa» afirma que «as forças comuns (palestino-progressistas) conseguiram deter o avanço dos carros em direcção à entrada oeste de Bhamdoun».

MINI-CIMEIRA — Realiza-se hoje, em Ryad, uma mini-cimeira árabe de seis, agrupando o Egipto, Síria, Líbano, OLP, Koweit e Arábia Saudita, anunciou ontem à noite o comunicado do gabinete real da Arábia Saudita. Os chefes de estado destes países assistirão pessoalmente a esta mini-cimeira, precisa o comunicado, que sublinha que ela terá por objectivo examinar a «degradação e a gravidade da situação no Líbano». O comunicado assinala, por fim, que este encontro realiza-se a seguir a «contactos intensivos» e a «pedido de países árabes».

ARAFAT — Yasser Arafat, chefe da Organização de Libertação da Palestina, não participará na Cimeira Árabe, prevista, em princípio, para segunda-feira, no Cairo, soube-se ontem de fonte palestina, na capital egípcia. É Farouk Kaddoumi, chefe do Departamento Político da Organização, que representará o chefe da OLP.

PRÉMIO NOBEL — O Comité Nobel do Parlamento Norueguês decidiu não atribuir o Prémio Nobel da Paz para o ano de 1976. O Comité Nobel do Parlamento Norueguês precisou, num comunicado à imprensa, que a decisão de não atribuir o Prémio Nobel da Paz para o ano de 1976, significa que o Prémio fica «reservado» por um ano. Ele poderá ser atribuído retroactivamente no próximo ano, ao mesmo tempo que o Prémio de 1977.

Escola infantil em Bissau no proximo ano lectivo

No próximo ano lectivo, vai funcionar uma escola infantil em Bissau, para crianças dos três aos seis anos de idade. A propósito, o Commissariado de Educação divulgou o seguinte comunicado:

«O Commissariado do Estado da Educação Nacional e Cultura publica um despacho em 1/10/76 fixando a idade mínima de admissão no ensino primário.

Conforme se pode ler no artigo 2.º do referido despacho «em situações de reconhecida necessidade e quando existem quadros, estudar-se-à a possibilidade de funcionamento de escolas infantis com a participação dos pais com encargos orçamentários».

Atendendo a que em todo o País, com especial relevo para Bissau, um grande número de mães trabalha na função pública, decidiu o Commissariado da Educação fazer funcionar no ano lectivo de 1976/77 uma escola infantil nas instalações sita na Avenida Pansau N'Isna n.º 10 - r/c.

Dada a reduzida capacidade das citadas instalações

e o interesse manifestado por várias famílias, fixaram-se algumas condições normativas para ingresso:

- Só será admitida a frequência no jardim, a crianças órfãs ou filhas de mães trabalhadoras com idade compreendida entre três e seis anos de idade a completar até 31 de Dezembro.

- Não será admitida mais que uma criança por agregado familiar. Em casos excepcionais, o número a admitir nunca poderá ser superior a dois.

- Todos os alunos pagarão mensalidade de acordo com o rendimento bruto do agregado familiar.

- Para favorecer a frequência de crianças das diversas camadas sociais foram fixadas o número máximo a admitir para cada classe de propinas a saber:

Classe A — 40 lugares; Classe B — 30 lugares; Classe C — 15 lugares; Classe D — 15 lugares.

e) — Assim existirão 4 classes de propinas.

Classe A — 1.200 PG — para os agregados familiares que auferem a partir do 20.000 PG mensais.

Classe B — 750 PG — para os agregados que recebem entre 10 e 20 contos mensais.

Classe C — 500 PG — para os agregados auferindo entre seis e dez contos mensais.

Classe D — 150 PG — para os agregados auferindo menos de seis contos mensais.

f) — Todas as condições anteriormente fixadas serão provadas documentalmente num prazo máximo de 21 dias a contar da data do início das matrículas.

g) — As matrículas terão início no dia 18 prolongando-se até 21 do corrente mês nas futuras instalações do jardim».

Agostinho Neto na Bulgaria

SÓFIA (TASS) — Prosseguem, em Sófia, as conversações oficiais búlgaro-angolanas. As delegações búlgaras e angolanas são dirigidas, respectivamente, por Todor Jivkov primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária, e por António Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola e Presidente da República Popular de Angola.

Todor Jivkov e Agostinho Neto constatarem com satisfação que as duas partes estão de acordo no desenvolvimento da cooperação política, económica, científica, técnica e comercial.

MOSCOVO (TASS) — Terminou a visita oficial na União Soviética da delegação do Partido e de Estado da República Popular de Angola, conduzida por Agostinho Neto,

Presidente do MPLA. A estadia da delegação angolana na União Soviética ilustrou a amizade soviético-angolana, e o desejo dos povos dos dois países de desenvolver e aprofundar as relações entre eles, em todos os domínios.

As relações soviético-angolanas são facto importante na política mundial. O seu desenvolvimento múltiplo corresponde não somente aos interesses vitais dos povos da URSS e de Angola, mas contribui para a obra de paz e de segurança na África e no mundo inteiro, na consolidação das posições das forças do progresso, na luta contra o imperialismo e racismo.

Nesse contexto, a visita de Agostinho Neto à URSS adquire uma importância internacional. Ela surge quando o imperialismo, e os seus criadores em África, não cessam as suas opções subversivas contra Angola e os outros estados.